

1.000

QUESTÕES PARA A
PP-MG
POLICIAL PENAL

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
→ LÍNGUA PORTUGUESA - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	9
→ ACENTUAÇÃO.....	10
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	19
→ SUBSTANTIVO	29
→ ADJETIVO	30
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	33
→ PRONOMES PESSOAIS.....	43
→ ADVÉRBIO	44
→ PREPOSIÇÃO.....	47
→ CONJUNÇÃO.....	53
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	63
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	72
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	82
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)	92
→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL. NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS	109
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	111
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	155
→ REDAÇÃO OFICIAL - DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL	170
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO).....	173
→ VOCATIVOS	174
→ FECHOS E IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	174
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....	175
→ PARTES DO DOCUMENTO (PADRÃO OFÍCIO)	175
→ FORMATAÇÃO (PÁGINAS, TEXTO, NUMERAÇÃO)	176
→ GABARITO 	177
 RACIOCÍNIO LÓGICO	 181
→ MATEMÁTICA - NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	181
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	181
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	183

→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	185
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	186
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS	187
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	187
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	187
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	190
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	192
→ RACIOCÍNIO CRÍTICO	194
→ OUTRAS QUESTÕES DE LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO	194
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	195
→ GABARITO 	197

INFORMÁTICA BÁSICA 199

→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO	199
→ PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR	200
→ BARRAMENTOS, PLACA-MÃE E BIOS	201
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	202
→ WINDOWS 10.....	203
→ WORD 2016.....	206
→ EXCEL 2016.....	207
→ POWERPOINT 2016	208
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	209
→ INTERNET EXPLORER	209
→ MOZILLA FIREFOX.....	209
→ GOOGLE CHROME.....	210
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	211
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	211
→ FIREWALL E PROXY	214
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE	215
→ BACKUP	215
→ GABARITO 	215

NOÇÕES DE DIREITO 217

→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)	217
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	221
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	225
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	227
→ DIREITO PENAL - LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP)	228
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP)	229

→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP)	229
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	229
→ TIPICIDADE E RESULTADO	230
→ NEXO DE CAUSALIDADE: CONCAUSAS (ART. 13, § 1º, DO CP)	231
→ CRIME IMPOSSÍVEL (ART. 17 DO CP).....	231
→ DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (ART. 15 DO CP).....	231
→ ARREPENDIMENTO EFICAZ (ART. 15 DO CP).....	231
→ TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP).....	232
→ CONSUMAÇÃO (ART. 14, INCISO I, DO CP)	232
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP).....	232
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	232
→ ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP).....	233
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....	233
→ ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL (ART. 23, INCISO III, DO CP).....	233
→ CONCEITOS GERAIS DA CULPABILIDADE.....	233
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	233
→ POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE: ERRO DE PROIBIÇÃO E DESCRIMINANTES PUTATIVAS (ARTS. 20, §1º, E 21 DO CP)	234
→ EXIGIBILIDADE DE CONDUITA DIVERSA (ART. 22 DO CP)	235
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP)	235
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	235
→ DA PENA DE MULTA (ARTS. 49 A 52 E 58 DO CP).....	235
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	236
→ FEMINICÍDIO (ART. 121-A DO CP)	236
→ INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO (ART. 122 DO CP).....	237
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	237
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)	237
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	237
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP).....	238
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP)	238
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	239
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP)	239
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIIS (ART. 327 DO CP).....	239
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	239
→ PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM (ART. 313 DO CP).....	241
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	241
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	242
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	242
→ GABARITO 	242

DIREITOS HUMANOS.....245

→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	245
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	245
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	248
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CIDH-OAS).....	249
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	249
→ GABARITO 	250

LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....251

→ DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984).....	251
→ DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS (ART. 82 A 104 DA LEI Nº 7.210/1984)	252
→ DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE (ARTS. 105 A 170 DA LEI Nº 7.210/1984).....	253
→ LEI Nº 8.072/1990 - CRIMES HEDIONDOS.....	254
→ LEI Nº 9.455/1997 - CRIMES DE TORTURA.....	255
→ DO REGISTRO (ARTS 3º AO 5º DA LEI Nº 10.826/2003).....	257
→ DO PORTE (ARTS 6º AO 11 DA LEI Nº 10.826/2003).....	257
→ DOS CRIMES E DAS PENAS (ARTS. 12 AO 21 DA LEI Nº 10.826/2003)	258
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS (ARTS 22 AO 34 DA LEI Nº 10.826/2003)	259
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 11.340/2006).....	260
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340/2006).....	260
→ DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (ARTS. 8º A 12 DA LEI Nº 11.340/2006)	261
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 13 A 17 DA LEI Nº 11.340/2006).....	263
→ DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ARTS. 18 A 24-A DA LEI Nº 11.340/2006).....	264
→ TÓPICOS MESCLADOS DA LEI Nº 11.340/2006.....	265
→ DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SISNAD (ART. 3º A 17 DA LEI Nº 11.343/2006)	266
→ DA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL (ARTS. 18 A 30 DA LEI Nº 11.343/2006)	266
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47 DA LEI Nº 11.343/2006)	267
→ DO PROCEDIMENTO PENAL E DA APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO (ARTS. 48 A 64 DA LEI Nº 11.343/2006).....	268
→ TÓPICOS MESCLADOS E JURISPRUDÊNCIA DA LEI Nº 11.343/2006.....	269
→ LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	270
→ JURISPRUDÊNCIA SOBRE A LEI Nº 7.210/1984 (LEI DE EXECUÇÃO PENAL)	273
→ JURISPRUDÊNCIA SOBRE A LEI Nº 11.340/2006 (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)	273
→ JURISPRUDÊNCIA SOBRE A LEI Nº 11.343/2006 (LEI DE DROGAS)	274
→ GABARITO 	274

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

→ DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984)

1. (Instituto AACP – 2024) Determinado preso que cumpre pena privativa de liberdade definitiva em uma penitenciária paranaense está acometido de doença grave, e o estabelecimento penal não está aparelhado para prover a assistência médica necessária. Diante desse caso, segundo a Lei Federal nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) e o Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, é correto afirmar que

- a) o Estado está desobrigado de prover a assistência médica aos presos que extrapole os deveres de fornecer medicamentos básicos e manter a higiene e salubridade das unidades penais.
- b) os familiares devem contratar equipe médica para atender à necessidade de saúde do preso, já que a penitenciária não está aparelhada para prover a assistência necessária.
- c) a assistência médica devida pelo Estado deve ser prestada em outro lugar, mediante autorização da direção da penitenciária, pois o estabelecimento penal em questão não está aparelhado para atender à necessidade.
- d) o fato de estar cumprindo pena privativa de liberdade definitiva impede que o preso deixe o estabelecimento penal a que está vinculado originalmente, ainda que para tratamento médico.
- e) o diretor da penitenciária pode ser responsabilizado administrativamente pela falta de aparelhamento necessário, pois todo estabelecimento penal deve providenciar o que for necessário para satisfazer o direito do preso à assistência à saúde.

2. (Instituto AACP – 2024) De acordo com a Lei Federal nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), assinale a alternativa correta sobre disciplina.

- a) A prática de fato previsto como crime doloso durante o cumprimento de pena constitui falta, cuja classificação depende da gravidade do crime praticado.
- b) São permitidas sanções disciplinares coletivas.
- c) Advertência verbal, repreensão, suspensão ou restrição de direitos, isolamento na própria cela, inclusão no regime disciplinar diferenciado e regressão de regime são sanções disciplinares.
- d) O isolamento na própria cela ou em local adequado pode ser de 15 (quinze) a 45 (quarenta e cinco dias), ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.
- e) As faltas disciplinares são classificadas em leves, médias e graves, e a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão devem ser considerados na aplicação das sanções disciplinares.

3. (Instituto AACP – 2024) A respeito da Lei nº 7.210/1984, denominada Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 1/2 (metade) do salário-mínimo.
- b) As tarefas executadas pelo preso como prestação de serviço à comunidade devem ser remuneradas.
- c) Ao preso provisório, o trabalho não é obrigatório, contudo, se realizado, poderá ser executado no interior ou exterior do estabelecimento.
- d) A prestação de trabalho à entidade privada independe do consentimento expresso do preso.
- e) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

4. (Instituto AACP – 2021) Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

- a) O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.
- b) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até quinze dias.
- c) O mandato dos membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária terá duração de três anos, renovado um terço a cada ano.
- d) Se, intimado pessoalmente ou por edital com prazo de trinta dias, o réu não comparecer injustificadamente à audiência admonitória, a suspensão ficará sem efeito e será executada imediatamente a pena.
- e) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até dois anos de idade.

5. (Instituto AACP – 2021) Conforme a Lei de Execução Penal, “o trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.”

Nesse caso, de acordo com a sobredita Lei, o limite máximo do número de presos será de

- a) cinco por cento do total de empregados na obra.
- b) dez por cento do total de empregados na obra.
- c) quinze por cento do total de empregados na obra.
- d) vinte por cento do total de empregados na obra.
- e) vinte e cinco por cento do total de empregados na obra.

6. (Instituto AOCB – 2020) Segundo a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), a assistência ao egresso consiste, dentre outras medidas possíveis, na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de

- a) quinze dias.
- b) um mês.
- c) dois meses.
- d) três meses.
- e) seis meses.

7. (Instituto AOCB – 2020) Assinale a alternativa correta sobre a Lei de Execução Penal.

- a) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até dez dias. A inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado, no interesse da disciplina e da averiguação do fato, dependerá de despacho do juiz competente.
- b) O tempo de isolamento ou inclusão preventiva no regime disciplinar diferenciado não será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.
- c) A decisão judicial sobre inclusão de preso em regime disciplinar será precedida de manifestação do Ministério Público e da defesa e prolatada no prazo máximo de trinta dias.
- d) A autorização para saída temporária será concedida por prazo não superior a dez dias, podendo ser renovada por mais quatro vezes durante o ano.
- e) Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até dois terços do tempo remido, recomçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

8. (Instituto AOCB – 2019) À luz da Lei nº 7.210/1984, que disciplina a execução penal, assinale a alternativa correta.

- a) Em relação ao trabalho interno, a jornada não será inferior a 4 nem superior a 8 horas semanais.
- b) São recompensas regidas pela Lei nº 7.210/84 a concessão de regalias e o elogio.
- c) Considera-se egresso, para os fins da Lei de Execução Penal, o liberado definitivo, pelo prazo de 06 meses, a contar da saída do estabelecimento.
- d) Ao egresso poderá ser concedida assistência que consiste em alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado e pelo prazo de 3 dias.
- e) No trabalho externo, o número máximo de presos será de 15% do total de empregados na obra.

9. (Instituto AOCB – 2017) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta poderá ser prestada em outro local somente mediante autorização do Juiz da Vara de Execuções Penais responsável pelo estabelecimento.
- b) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado, sendo o ensino de 1º grau facultativo, integrando-se no sistema escolar municipal, devendo ser reduzida a pena do preso ou internado que optar pelo estudo.
- c) A assistência ao egresso consiste na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de até 6 (seis) meses, podendo esse prazo ser prorrogado, no máximo, por duas vezes, sendo comprovado, por declaração do assistente social, o emprego na obtenção de emprego.

- d) Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.

10. (Instituto AOCB – 2017) Um grupo de presos, com o intuito de subverter a ordem e a disciplina no estabelecimento penal, incita os outros presos a se rebelarem. Nesse sentido, de acordo com o que estabelece a Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), qual medida sancionatória deverá ser aplicada aos presos que incitaram a rebelião?

- a) Deverão ser aplicadas, coletivamente, as sanções previstas para o cometimento de falta grave.
- b) Deverá ser aplicada sanção de recolhimento em cela escura e individual.
- c) Deverão ser aplicadas, coletivamente, as sanções previstas em legislação local para o cometimento de faltas médias.
- d) Deverão ser aplicadas, individualmente, as sanções previstas para o cometimento de falta grave.

→ DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS (ART. 82 A 104 DA LEI Nº 7.210/1984)

11. (Instituto AOCB – 2025) Em relação aos estabelecimentos penais, na forma disciplinada pela Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), assinale a alternativa correta.

- a) A cadeia pública será instalada próximo de centro urbano.
- b) A Colônia Agrícola destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto e da limitação de fim de semana.
- c) O prédio da Casa do Albergado poderá situar-se em centro urbano, desde que contenha obstáculos físicos contra a fuga.
- d) A penitenciária de homens pode ser construída em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação.
- e) Será de cinco metros quadrados a área mínima de uma unidade celular.

12. (Instituto AOCB – 2024) Ernesto foi condenado à pena de 12 (doze) anos de reclusão em regime inicial fechado por crime hediondo cometido com violência à pessoa. Assim, segundo a Lei Federal nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) e o Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, depois que a sentença penal condenatória transitar em julgado e que for expedida a guia de recolhimento para a execução penal, Ernesto deverá iniciar o cumprimento da pena

- a) na Penitenciária, por ser o estabelecimento penal destinado a condenados à pena de reclusão em regime fechado.
 - b) na Casa do Albergado, que serve para condenados à pena privativa de liberdade por crimes cometidos com violência à pessoa.
 - c) na Cadeia Pública, estabelecimento penal especialmente destinado ao recolhimento de condenados às penas de reclusão e detenção nos primeiros meses de cumprimento de pena.
 - d) na Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, que serve como espaço ou unidade de progressão do estado de liberdade para o regime inicial fechado.
 - e) no Hospital de Custódia, até que seja submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários à adequada classificação e com vistas à individualização da execução.
-

13. (Instituto AACP – 2020) No que tange à Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), assinale a alternativa correta.

- a) O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a sessenta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.
- b) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até seis meses de idade.
- c) Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização do juízo da execução.
- d) Considera-se egresso o liberado definitivo, pelo prazo de dois anos a contar da saída do estabelecimento prisional.
- e) Das decisões proferidas pelo Juiz da execução caberá recurso de agravo, com efeito suspensivo.

14. (Instituto AACP – 2017) Um agente penitenciário recebe um preso condenado por crime hediondo, cuja conduta delitiva enseja a reprovabilidade dos outros apenados, colocando, assim, em risco, sua integridade física. Nesse sentido, segundo os ditames da Lei nº 7.210/1984, ao classificá-lo, o agente penitenciário deverá

- a) colocar o preso em local onde haja somente apenados que cometeram crimes hediondos.
- b) colocar o preso em dependência destinada a apenados ex-funcionários da Administração da Justiça Criminal.
- c) colocar o preso em local próprio, segregado dos demais.
- d) colocar o preso em local destinado aos apenados que cometeram crimes de menor potencial ofensivo.

→ DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE (ARTS. 105 A 170 DA LEI Nº 7.210/1984)

15. (Instituto AACP – 2024) Octávio está cumprindo pena definitiva de reclusão de 8 (oito) anos e 6 (seis) meses em estabelecimento penal do Paraná e, de repente, soube do falecimento precoce do seu irmão. Considerando o contido na Lei Federal nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) e no Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná, é correto afirmar que Octávio

- a) não poderá acompanhar o velório do irmão, pois a permissão de saída abrange casos de falecimento apenas de cônjuge, ascendente ou descendente.
- b) poderá obter permissão concedida pelo diretor para sair do estabelecimento penal, mediante escolta, para comparecer ao velório do irmão.
- c) não poderá obter permissão para sair do estabelecimento penal para comparecer ao velório do irmão sem a concordância do Ministério Público e sem autorização do Juiz da execução.
- d) poderá obter permissão de saída para comparecer ao velório do irmão, mediante escolta, desde que tenha cumprido mais da metade da pena aplicada.
- e) não poderá obter permissão para sair do estabelecimento penal para acompanhar o velório do irmão, já que cumpre pena em regime fechado.

16. (Instituto AACP – 2024) De acordo com a Lei Federal nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), a quem compete autorizar saídas temporárias?

- a) Patronato.
- b) Ministério Público.
- c) Conselho Penitenciário.
- d) Juiz da execução.
- e) Departamento Penitenciário local.

17. (Instituto AACP – 2022) Considere a seguinte situação hipotética:

Ângelo, primário e com bons antecedentes, foi condenado pela prática do crime de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo. Nesse caso, para que progrida de regime, além de boa conduta carcerária, será necessário o cumprimento de

- a) 25% da pena.
- b) 40% da pena.
- c) 3/5 da pena.
- d) 20% da pena.
- e) 50% da pena.

18. (Instituto AACP – 2022) Sobre Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com o entendimento do STF, a ausência de estabelecimento penal adequado para o regime fixado permite a manutenção do condenado em regime mais gravoso.
- b) O STJ reconhece a retroatividade do patamar estabelecido no art. 112, V, da Lei de Execução Penal (40%), incluído pelo Pacote Anticrime, àqueles apenados que, embora tenham cometido crime hediondo ou equiparado sem resultado morte, não sejam reincidentes em delito de natureza semelhante.
- c) O STF possui entendimento que o patamar mínimo diferenciado de remuneração aos presos previsto na Lei de Execução Penal (inferior ao salário-mínimo) representa violação ao princípio da dignidade humana e da isonomia.
- d) A prática de falta grave interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.
- e) O condenado que cumpre a pena em regime fechado, semiaberto ou aberto poderá remir, por trabalho ou estudo, parte do tempo de execução da pena, e o tempo remido será considerado como pena cumprida.

19. (Instituto AACP – 2022) Mateus foi condenado por roubo simples à pena de 10 (dez) anos de reclusão e iniciou o cumprimento de pena em regime fechado na penitenciária de Goiânia-GO. Durante seu estágio no presídio, foi pego com grande quantidade de cocaína dentro de sua cela e foi processado por tráfico de drogas e condenado à pena de 9 (nove) anos de reclusão. Ao iniciar o cumprimento da segunda pena recebida, o juízo da execução penal deverá considerar qual percentual como tempo de progressão penal?

- a) 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- b) 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça.
- c) 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário específico.
- d) 30% (trinta por cento), se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.
- e) 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado.

20. (Instituto AACP – 2022) Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime _____ nela determinada, _____ do trânsito em julgado da sentença condenatória.

- a) semiaberto / depois
- b) menos severo / depois
- c) per saltum / depois
- d) per saltum / antes
- e) menos severo / antes